



## **MANUAL**

# Normas e Procedimentos para Concessão de Patrocínio



EDIÇÃO I - Ano 2025

#### PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000 CNPJ no 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br





## **DANIEL MENDES DE VASCONCELOS FERREIRA**

Prefeito do Município de Maragogi

## **JOÃO ENIO VASCONCELOS CAVALCANTE**

Vice-Prefeito do Município de Maragogi

## **JEIMISON JOSÉ NERI DE LYRA**

Controlador Geral do Município de Maragogi





## Manual de Normas e Procedimentos para Concessão de Patrocínio

1<sup>a</sup> Edição – 2025

Data da aprovação: 17/02/2025	Data da vigência: A partir de fevereiro 2025
	<b>Unidade responsável:</b> Controladoria Geral do Município de Maragogi

## **Controle de Aprovação:**

Elaboração: Emávia Bruna de Azevedo Pereira

Revisão: Maíra Sarmento Silva

Coordenação: Jeimison José Neri de Lyra

#### **Anexos:**

Anexo I – Modelo de Formulário de Solicitação de Patrocínio









Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000 CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br





## 1. Finalidade

Estabelecer as diretrizes e normas claras e transparentes, disciplinando os procedimentos para concessão de patrocínio junto à Prefeitura Municipal de Maragogi. Este documento possui a finalidade de assegurar que as solicitações sejam analisadas de forma justa e criteriosa, em conformidade com a legislação vigente que dispõe sobre esse assunto.



## 2. Abrangência

Unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo e da Administração Indireta.

## 3. Conceitos



- Norma de Procedimento Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados, objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho.
- Patrocínio Toda a transferência gratuita, em caráter definitivo ao requerente, de recursos para a realização de eventos com a finalidade de patrocínio, apoio institucional e/ou logístico em projetos considerados de interesse público, podendo ocorrer através da transferência financeira de valores; da autorização de uso temporário de bens móveis e imóveis; da contratação de prestação de serviços para evento; da aquisição e distribuição temporárias de bens móveis para o evento; e da destinação de recursos ou aquisição de bens e serviços previstos na legislação municipal.
- Patrocinador Órgão ou entidade da administração pública municipal que, no exercício de suas atividades, constata a conveniência e/ou oportunidade de patrocinar.

#### PALÁCIO DAS PALMEIRAS



- Patrocinado Pessoa física ou jurídica que oferece ao patrocinador a oportunidade de patrocinar projeto.
- Proposta de Concessão de Patrocínio Ofício, com devida identificação do solicitante, junto com as certidões de registro e fiscais, formulário de solicitação preenchido e Plano de Trabalho com o respectivo cronograma físico-financeiro.
- Projeto Iniciativa do patrocinado, descrita em documento em que apresenta as características, as justificativas e a metodologia de sua execução, estabelece cotas de participação, contrapartidas e condições financeiras e informa outras singularidades da ação proposta ao patrocinador.
- **Contrapartida** Obrigação contratual do patrocinado que expressa o direito de associação da marca do patrocinador ao projeto patrocinado.
- Termo de Convênio Instrumento jurídico para a formalização do patrocínio, em que patrocinador e patrocinado estabelecem seus direitos e obrigações.
- Fluxograma Demonstração gráfica das rotinas de trabalho relacionadas a cada sistema administrativo, com a identificação das Unidades Executoras.

## 4. Regras Gerais

#### **5.1 – Categorias e Limitações**

De acordo com as diretrizes municipais vigentes, estabelecem-se os seguintes limites para cada uma das categorias definidas:

- a) Clubes esportivos/culturais: até R\$ 1.000,00;
- b) Eventos de grande porte (acima de 500 pessoas): até R\$ 2.000,00;
- c) Eventos de médio porte (máximo de 500 pessoas): até R\$ 1.000,00;
- d) Federação esportiva ou entidades culturais: até R\$ 400,00;





e) Espaços culturais: até R\$ 500,00;

f) Eventos de pequeno porte (até 200 pessoas): até R\$ 500,00;

g) Associações de lazer, esportivas e/ou culturais: até R\$ 350,00;

h) Atletas profissionais: até R\$ 759,00;

i) Artistas: até R\$ 500,00;

j) Atletas amadores: até R\$ 350,00;

k) Congressos, competições e similares: até R\$ 800,00;

I) Estudantes, profissionais: até R\$ 400,00;

#### 5.2 - Vedações



- **5.2.1** Eventos de interesse exclusivo de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com fins lucrativos;
- **5.2.2** Organizados por servidores públicos municipais ou respectivas associações;
- **5.2.3** Relacionados a entidades político-partidárias;
- **5.2.4** Que agridam o meio ambiente, a saúde ou violem as normas do Município;
- **5.2.5** Iniciativas de pessoas jurídicas que explorem atividade empresarial ligada à organização ou realização de eventos, promoções, atividades publicitárias, editoriais ou similares, cuja finalidade seja a obtenção de lucro;
- **5.2.6** Eventos organizados por pessoas jurídicas de direito privado cujo titular administrador, gerente, acionista, sócio ou associado seja servidor público ou agente político municipal, incluindo-se vereadores, seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou por afinidade, até o 2º (segundo) grau.
- **5.2.7** Só serão admitidos os pedidos de patrocínio apresentados pelas pessoas jurídicas que detenham, isolada ou conjuntamente, a responsabilidade legal pela iniciativa e realização do evento.

#### 5.3 – Habilitação

#### PALÁCIO DAS PALMEIRAS



**5.3.1** Juntamente ao **Plano de Trabalho** detalhando as metas e valores no cronograma físico-financeiro, devem ser apresentados os seguintes documentos para fins de comprovação de habilitação:

#### Pessoa Física:

- I Cópia do Registro Geral (RG) e do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II − Declaração de que o evento não tem fins lucrativos;
- III Formulário de Solicitação de Patrocínio, Apoio Institucional ou Logístico;
- IV— Outros documentos que a Administração Pública entender necessários em razão dos objetivos do evento.

#### Pessoa Jurídica:

- I Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos da entidade no
  Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado;
- II Ata ou outro documento formal de designação da diretoria em exercício;
- III Apresentação do estatuto, regulamento ou compromisso da entidade, devidamente registrados em cartório;
- Ⅳ Cópia do Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da entidade, responsável pela assinatura do contrato de patrocínio, apoio institucional ou logístico;
- Alvará de Funcionamento da entidade;
- VI No caso de entidade pública ou de interesse público, comprovação de qualificação, através de certidão ou declaração de que, na área de sua atuação, é reconhecida por órgão ou entidade federal ou estadual, nos termos da legislação pertinente;
- VII Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante a apresentação das respectivas certidões;
- VIII Certidão de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social;
- IX Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
  PALÁCIO DAS PALMEIRAS



- XI Declaração de que o evento não tem fins lucrativos;
- XII Formulário de Solicitação de Patrocínio, Apoio Institucional ou Logístico, conforme modelo constante no Anexo I deste Manual;
- XIII Outros documentos que a Administração Pública entender necessários em razão dos objetivos do evento.
- **5.3.2** Os documentos acima devem ser apresentados em cópias autenticadas em cartório competente ou acompanhadas dos originais para autenticação por servidor, podendo ser apresentados previamente por meio eletrônico.

#### 5.4 - Plano de Trabalho

- **5.4.1** O Plano de Trabalho deverá ser apresentado com, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Nome do evento e data de realização;
- **b)** Dados completos da Entidade solicitante (razão social, CNPJ, endereço, email e telefone);
- c) Dados completos do responsável legal da Entidade solicitante (Nome completo, CPF, cargo, e-mail e telefone);
- d) Contrapartidas;
- **e)** Cronograma físico-financeiro de execução (com detalhamento do objeto, metas/indicadores e valores a serem desembolsados).

## 5. Procedimentos

- **6.1.** O processo de concessão de patrocínio obedecerá às seguintes etapas:
- **6.1.1** <u>Ciência do Gestor da Pasta</u> para o pedido de patrocínio, para análise e solicitação de informe de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.
- a) Responsável: Secretário(a).
- b) Documento: Despacho de ciência para prosseguimento e demais PALÁCIO DAS PALMEIRAS



atos que se façam necessários na ocasião.

- **6.1.2** <u>Análise Técnica:</u> Análise do Ofício de intenção, Plano de Trabalho, orçamentos e documentos de Habilitação, com a realização de diligência das cotações apresentadas.
- a) Responsável: Secretário da Pasta
- **b) Documento:** Relatório Técnico com análise dos seguintes critérios:
- b.1) Objeto da atividade/evento, que deverá obrigatoriamente atender os interesses coletivos e publicidade do nome da Prefeitura e sua imagem;
- b.2) Credibilidade e capacidade gerencial do patrocinado para a realização da atividade/evento;
- b.3) Contribuição da atividade/evento para o desenvolvimento socioeconômico do Município e o impacto social;
- b.4) Viabilidade técnico-financeiro da atividade/evento;
- b.5) Resultados previstos com a realização da atividade/evento;
- b.6) Analisar a proposta à luz dos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência administrativa;
- b.7) Análise da abrangência do evento;
- b.8) Análise dos valores com base nos limites estabelecidos para cada categoria conforme item 5.1, deste manual.
- b.9) Demonstração de relação entre o aporte de recursos do Município e as contrapartidas recebidas do objeto patrocinado;
- b.10) Verificação de existência de vedações à concessão de patrocínio;
- b.11) Análise se a pessoa jurídica detém, isolada ou conjuntamente, a responsabilidade legal pela iniciativa do evento, sob pena de não concessão do patrocínio.
- **6.1.3 Parecer jurídico interno:** Parecer de análise técnica jurídica sobre o objeto, a documentação juntada pela parte interessada e o Relatório Técnico da pasta.
- a) Responsável: Assessoria Técnica
- **b) Documento:** Parecer técnico
- **Manifestação SECOM:** Despacho da SECOM acerca da consonância do objeto de patrocínio com a política de comunicação e divulgação social do município, além de se pronunciar quanto ao enquadramento do objeto, conforme § 1º, do art. 37, da Constituição Federal (comprovação de não promoção pessoal do gestor). Enviar os autos à PGM.
  - a) **Responsável:** Secretaria Municipal de Comunicação SECOM.



**b) Documento:** Despacho

#### 6.1.5 Análise jurídica financeira da Controladoria Geral do Município:

Análise e avaliação que visa expressamente assistir à Autoridade Máxima (gestor(a)), que aponta possíveis riscos do ponto de vista de controle e recomendações. Retorno dos autos à Secretaria de origem.

a) Responsável: Controladoria Geral do Município.

**b) Documento:** Parecer de Controle Interno

**6.1.6 Autorização Motivada:** Autorização do gestor(a) da pasta indicando os fatos e fundamentos jurídicos que autoriza/determina ou não a realização do patrocínio, devendo ser explícita, clara e congruente. Deve-se conter a aprovação expressa do Plano de Trabalho ou instrumento equivalente e seus respectivos anexos, manifestando-se quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e cronograma físico-financeiro de desembolso, bem como a importância do patrocínio para a divulgação da marca da Prefeitura Municipal de Maragogi em eventos de interesse público do Município, que visem o desenvolvimento socioeconômico. Envio dos autos à Controladoria Geral do Município.

a) Responsável: Autoridade Máxima Gestor(a).

b) Documento: Autorização motivada.

**6.1.7 Assinatura do Termo de Convênio:** O Termo de Convênio deverá ser assinado pelo patrocinado e gestor(a), em duas vias de igual teor e forma. Ato de responsabilidade da secretaria de origem do objeto de parceria.

a) Responsável: Gestor(a).

**b) Documento:** Termo de Convênio.

**6.1.8 Publicação no Diário Oficial:** Publicação do Convênio com os dados do objeto do convênio, valor e entidade contemplada.

a) Responsável: Secretaria Concedente

**b) Documento:** Extrato do Convênio no DOM.

**6.1.9** <u>Liberação:</u> Liberação do valor concedido ao patrocínio conforme



cronograma de desembolso.

a) Responsável: Departamento Financeiro

**b) Documentos:** Nota de Empenho e Ordem bancária

- **6.1.10 Prestação de Contas:** A prestação de contas do valor recebido deverá ser enviada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar:
- I do prazo final para a aplicação de cada parcela, quando o objeto do convênio for executado em etapas, hipótese em que a prestação de contas de etapa anterior é condição necessária para a liberação da etapa seguinte, conforme período e condições determinados no Termo de Convênio;
- I do prazo final para conclusão do objeto, quando o convênio for executado
  em uma única etapa;
- da formalização da extinção do convênio, se esta ocorrer antes do prazo previsto no Termo;
- a) Responsável: Patrocinado
- **b) Documento:** Ofício/Carta de Encaminhamento, dirigido à Autoridade Máxima/Gestor(a), constando os dados identificadores do convênio e fazendo referência à prestação de contas, acompanhando dos seguintes documentos:
  - **b.1)** Cópia do Termo de Convênio e respectivas alterações;
  - **b.2)** Plano de Trabalho com todos os anexos:
  - **b.3)** Relatório da execução físico-financeiro, evidenciando as etapas físicas e os valores correspondentes à conta de cada partícipe;
  - **b.4)** Demonstrativo da execução das receitas e despesas do convênio;
  - b.4) Relação de pagamentos, contendo: nome do credor, número e valor do documento fiscal, ordem cronológica e classificados em materiais e serviços, acompanhado das respectivas notas ficais e recibos (vias originais);
  - b.5) Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do convênio, indicando o seu destino, quando estabelecido no convênio, se houver;



- **b.6)** Extrato de conta bancária vinculada, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento, movimentação dos rendimentos auferidos da aplicação financeira e a respectiva conciliação bancária;
- b.7) Demonstrativo do resultado das aplicações financeiras que se adicionarem aos recursos iniciais com os respectivos documentos comprobatórios;
- **b.8)** Comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros, à conta do erário público
- **b.9**) Demais documentos que se fizerem necessários.
- **6.1.11** <u>Parecer final do Gestor:</u> parecer com análise e julgamento das prestações de contas do convênio e envio à Secretaria Especial de Governo e Gabinete do Prefeito para ciência.

a) Responsável: Secretaria Concedente

**b) Documento:** Parecer Final.



